

# MP pede intervenção na Saúde

Procuradores dizem que há desmonte no setor. Governo afirma que mais de 100 postos de saúde serão inaugurados

SÉRGIO PARDELLAS

O Ministério Público Federal e o do DF ingressaram ontem com uma ação cautelar na Justiça pedindo o afastamento do secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, e de todos os diretores da rede hospitalar do Distrito Federal.

Fundamentados em auditorias realizadas por um grupo-tarefa do governo federal, os procuradores concluíram que o GDF teria perdido o controle da gestão do sistema de saúde pública local, e não teria "mais condições de continuar a administrar, seja no plano de gestão financeiro-orçamentário, ou no plano da gestão administrativa".

O Ministério da Saúde disse ontem, por intermédio de sua assessoria, que irá aguardar a decisão judicial

para se pronunciar sobre o assunto. Caso seja decretada a intervenção, de acordo com a assessoria, caberá ao ministro da Saúde, Humberto Costa, nomear os novos titulares da Secretaria de Saúde e dos hospitais da capital.

– Encontramos situações precárias em todos os níveis. Há um desmonte e as pessoas estão sendo tratadas de forma desumana – disse o promotor de Justiça Jairo Bisol.

**“Sistema funciona regularmente e hospitais estão em reforma”**

De acordo com o porta-voz do GDF, Paulo Fona, o pedido é inconstitucional, porque "assim como as outras unidades da federação, o DF possui autonomia política e financeira".

Para Fona, a intervenção do Ministério da Saúde também não tem fundamento:

– O sistema está funcio-

nando regularmente e os hospitais estão sendo reformados e mais 100 postos de saúde serão inaugurados em breve – afirmou o porta-voz.

Pelo documento elaborado pelo Ministério Público, as irregularidades no sistema de saúde local envolve-

riam a falta de insu-  
mos para o atendi-  
mento da população,  
de manutenção e re-  
novação de equipa-  
mentos e instalações  
e a carência de reno-  
vação de quadro de  
pessoal.

Os relatórios do grupo-tarefa, segundo o documento subscrito pelos integrantes do Ministério Pú-  
blico, ainda apontaram para a corrupção na saúde pú-  
blica do DF, "em que até mesmo  
compras de medicamentos e  
insumos chegariam a ser fei-  
tas por vales, sem licitação e

nota de empenhos prévias".

Na avaliação dos procura-  
dores, a medida política de  
desviar o controle da  
execução orçamen-

ações do governo".

O GDF teria desrespeita-  
do a Constituição, de acordo  
com o MP, ao deixar de  
depositar os recursos  
do Fundo de Saúde  
numa conta espe-  
cial como prevê o  
artigo 33 da Lei  
Federal 8080/90.

O relatório elaborado pelos

procuradores também ques-  
tiona o programa de Agentes  
Comunitários de Saúde, um  
dos braços assistenciais do  
Saúde na Família (PSF).

A inspeção, finalizada no  
último mês pelo grupo-tare-  
fa, concluiu que o programa  
atua com uma estrutura de-  
fasada e completamente dis-  
torcida daquela estabeleci-  
da pelo governo federal. Fo-  
ram detectadas falta de me-  
dicamentos, de enfermeiros  
e estrutura física inadequa-  
da, comprometendo o de-  
senvolvimento das ações.

*pardellas@jb.com.br*



Pedido o  
afastamento do  
secretário Arnaldo  
Bernardino